

TRANSformando realidades, a nova lei de identidade de gênero no Chile

A **Organizando Trans Diversidades (OTD)** é uma associação que trabalha para defender os direitos das pessoas trans no Chile. Em 2011, a OTD conseguiu a criação da Lei Antidiscriminação, que também consagrou, pela primeira vez na legislação nacional chilena, o conceito de identidade de gênero, processo que contou com um apoio urgente do **FAU-AL**. Nesse mesmo ano, motivada pelo movimento de diversidade sexual na Bolívia e na Argentina, a OTD começou a realizar ações de *advocacy* perante o governo chileno para a replicação dessa lei de garantia do direito à **identidade de gênero no país**.

Alguns deputados já haviam apresentado projetos de Lei de Identidade de Gênero antes, mas eram discriminatórios e patologizantes, sendo estas algumas das razões pelas quais eles não foram aprovados. Além disso, eles nunca tiveram acompanhamento ou apoio da sociedade civil organizada LGBTIQ+, pois não se sentiam representados nessas propostas. *"Esses processos de amplo alcance que exigem lutas durante muito tempo implicam compromisso e esforços que não podem ser abandonados; por exemplo, que sejam muitas as seguidoras que acompanham as sessões no Senado"*, diz Franco Fuica, diretor da OTD.



Imagem: Fernando Bravo

Depois de um longo ano, em 13 de maio de 2013, eles apresentaram por escrito o projeto de Lei **"Reconhece e protege o direito à identidade de gênero"**, que foi aprovado para debate no Supremo Tribunal Federal com apenas uma restrição: eles teriam que excluir o artigo que tratava de crianças menores de 14 anos de idade. Apesar de isso ter sido uma derrota simbólica para a OTD, foi também uma motivação para continuarem insistindo. Uma senadora que apoiava esse projeto de lei prometeu que, depois que ele fosse aprovado no Senado, ela incluiria o artigo sobre menores de idade no debate. Passou-se um ano e o

projeto finalmente seria discutido em primeira instância, para ser enviado à Comissão de Direitos Humanos do Senado. No Chile, qualquer projeto de lei precisa ser avaliado por essa comissão, por cada uma das câmaras que funcionam lá. Quando o projeto passou pela primeira discussão, as deputadas que acompanhavam essa luta conseguiram que o artigo sobre a infância fosse explicitado no documento.

Uma vez posto em discussão, a grande maioria dos senadores decidiu devolver o projeto à Comissão, justificando que não poderiam votar em um projeto desse tipo e que não havia quorum para a questão das crianças. Naquela época, quem estava na presidência dessa comissão era uma mulher, representante dos setores mais conservadores do Chile, que conseguiu que o projeto não fosse além dessa instância.

Quando começou o governo de Michelle Bachelet, decidiu-se retomar o projeto, mas, por estratégia, sem incluir os menores de idade. Finalmente, após três anos, o projeto foi enviado à Câmara, onde foi rejeitado.



Março 2016, Armando Escoffer

No início de 2018, tomou-se a decisão de reapresentar o projeto, e o Senado o rejeitou novamente. Foi então que decidiu-se que o projeto deveria passar por uma comissão mista, encarregada de avaliar a viabilidade em meio às diferenças entre quem o apresenta e quem o rejeita, a fim de encontrar um meio termo que permitisse dar seguimento ao processo de aprovação da lei. Com isso, tivemos grandes conquistas, como poder manter o acordo que incluía as crianças e os adolescentes.

O pessoal da OTD realizou vários processos de sensibilização, mas estes não foram suficientes para convencer todas as deputadas e senadores. O nível de poder que os

fundamentalistas religiosos têm dentro dessas instituições é muito forte, além da falta de informação por parte das pessoas influenciadas por esse tipo de grupo com relação às pessoas trans, que tem peso significativo. Mesmo assim, foi conquistada uma vitória no Senado, com 25 votos, e a discussão foi levada à Câmara, onde o projeto foi aprovado com 95 votos a favor.

Agora, as pessoas trans no Chile são reconhecidas, e isso gera uma nova esperança e uma oportunidade para o reconhecimento de seus direitos. Para eles, representa também um símbolo de reparação por toda a violência e a discriminação causadas pela sociedade e pelo Estado.



"Na OTD, as lutas pelos direitos das diversidades sexuais continuam, o trabalho para que as pessoas trans não se sintam excluídas e vivam a realidade que merecem NÃO vai parar", disse Franco Fuica, diretor da OTD Chile.

Celebramos com orgulho essa luta pela defesa dos direitos de todas as pessoas TRANS e compartilhamos sua alegria por uma nova lei no Chile que garante seus direitos civis, para que nunca mais sejam invisibilizadas.